

*Comunicação de*  
*o aluno*

**TOMADA DE POSIÇÃO DE ALGUNS ALUNOS DA UNIVERSIDADE DO MIDHO  
ADERENTES AO DESPACHO DO M.E.I.C. Nº 61/76, CÔNSCIOS DA SUA  
IRREVERSIBILIDADE E IMEDIATA ENTRADA EM VIGOR.**

No início da década de 70, na reforma do ensino que então se iniciava, previu-se a criação de Institutos Politécnicos e só depois se pensou na criação de novas Universidades.

Um desses institutos serviria Braga e Guimarães porque as tecnologias seriam enai-  
nadas nesta última cidade.

Os industriais vimaranenses precisavam desse ensino. Por isso, haviam já oferecido ao Ministério da Educação Nacional, mil e seiscentos contos para custear as despesas com a sua instalação. Além disso, ofereciam máquinas para o seu aparelhamento e estágios remunerados para os finalistas dos respectivos cursos; davam autorização aos seus técnicos (alguns estrangeiros) para leccionarem as disciplinas da sua responsabilidade e permitiam a utilização das suas instalações fabris para as aulas práticas. Prometiam prestar, na medida das suas possibilidades, outros auxílios que viessem a ser-lhes solicitados, declarando que fariam tudo isto no seu próprio interesse, no interesse dos seus trinta mil operários e familiares e, conseqüentemente, de acordo com o interesse nacional.

Os jornais de Braga noticiaram a decisão ministerial da criação deste instituto com títulos de página inteira: e povo de Braga congratulava-se; agradecia...

Então ninguém protestou...!

Pouco tempo depois, mais de 90 industriais, de entre os mais representativos das diferentes indústrias do concelho de Guimarães, expressaram ao então Ministro da Educação Nacional no Paço dos Duques de Guimarães e Bragança o seu agradecimento.

A oportunidade foi também aproveitada por eles para fazer-lhe ver a necessidade já ao tempo urgente, de fornecer à indústria técnicas e mão-de-obra especializada, sob pena de ela vir a sequestrar por impossibilidade de competição, em preços e qualidade, nos mercados internacionais.

Estava nessa altura a desenhar-se a crise económica europeia com graves reflexos na economia portuguesa. Começava a generalizar-se a convicção da necessidade de conversão, a curto prazo, de grande parte da indústria existente em Portugal.

Hoje, mais, muitíssimo mais do que então, as indústrias precisam usufruir de progresso tecnológico e o Governo tem a obrigação de apoiar fornecendo-lhes a possibilidade de preparação daqueles que a servem ou irão servir, tal como tem de dar ao operário, ao técnico, ao trabalhador, a possibilidade de se promover estudando. Se o não fizer não cumprirá a promessa de construir uma sociedade com nível de vida mais elevado, mais justa, sem deixar de cumprir, não pode ser arguida longe de lugar de trabalho.

Criados alguns desses institutos noutras terras, os presidentes das câmaras municipais de Braga e Guimarães e, até, a população minhota, tiveram conhecimento de que em substituição de ensino politécnico iria haver cursos universitários nas duas cidades. Imediatamente seguinte consta, uma fábrica de Guimarães (Sancles) ofereceu mil contos para que se montasse na recém-criada Universidade um Instituto de Investigação Industrial.

Mais uma vez, nenhuma vez se levantou a discordar...

Recebeu-se apoteoticamente o então Ministro da Educação Nacional em Guimarães e em Braga; ofereceu-se-lhe as medalhas das duas cidades; conferiu-se-lhe a qualidade de cidadão honorário de uma e outra sem protestos de ninguém...

Assim é impensável supor que a Universidade de Minho tivesse sido criada para satisfazer um capricho de Sr. Ministro Veiga Simão. E, muito menos, que elle e o Governo de Marcelle Caetano, tenham decidido implantá-la nas cidades de Braga e Guimarães com o intuito de desfoitear a cidade dos Arcebispos e da Revolução de 25 de Maio para presentear gratuitamente a que sempre fora até aí prejudicada pelo "Regime"—a cidade de Guimarães. Não, não é possível. Sé razões poderosíssimas obrigavam finalmente a prestar justiça à capital minhota de trabalho a cidade berço de Portugal.

Na verdade, os antigos responsáveis a nível governamental nunca tiveram quaisquer dúvidas acerca dos cursos que se deviam leccionar em Braga e Guimarães porque não podiam deixar a economia nacional e não podiam, fesse por que razões fesse, deixar de prestar justiça àqueles que pelo seu labor, engenho e iniciativa, para ela tanto contribuem e mais podem contribuir se lhes facultarem os meios necessários de actualização pelo recrutamento fácil de técnicos. Esses responsáveis a nível governamental nunca tiveram dúvidas quanto a isso porque conheciam a realidade demográfica e sócio-económica da região.

Conheciam-na, sim senhor, se não antes, pelo menos depois de tomarem conhecimento das exposições que lhes foram enviadas pela edilidade vimaranense—exposições cujas fotocopias se encontram arquivadas no município tal como os originais devem estar arquivadas no que passou a ser o Ministério da Educação e Investigação Científica.

Pela atitude assumida, V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro Vitor Alves, também não tem dúvidas.

Como eles, já conhecia a realidade demográfica e sócio-económica da região em que aquelas exposições. Em qualquer dos casos sabe que não são incensquentes as razões que levaram aqueles responsáveis a resolver num mesmo momento, simultaneamente, a criação da Universidade de Minho e a sua implantação nas duas cidades.

Assim, não há dúvidas, agora da nessa parte, de que a análise feita por V. Ex.<sup>a</sup> e as vezes que determinaram essas duas resoluções dos antigos responsáveis bem como a sua própria decisão, senhor Ministro—alicerçada por certe numa análise serena, desapaixenada, totalmente liberta de bairrismo; arcaicos pestergadores dos interesses nacionais presentes e futuros e de interesse das populações que delas podem e devem beneficiar—é e bastante para manter o seu Despacho n.º 61/76 de 16 de Março de ano corrente.

Mas permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que se prove aqui a incensistência de dois argumentos apresentados como grandes argumentos na reunião affectada com a presença de Sr. Director Geral de Ensino Superior no passado dia 15 em Braga pelos que reclamam para a capital de distrito a decência da totalidade dos cursos universitários com completo e afrentoso desrespeito pelos interesses atrás enumerados.

Disseram eles que pela nova divisão administrativa de País, a cidade de Guimarães ia ser incluída na região de Beira e, portanto, perdia o direito de compartilhar da Universidade de Minho e acrescentaram que, além disso, Braga devia receber estudos universitários porque o centro "geodemográfico" era Vila...Verde !?

Ora, o facto da Universidade a implantar nas duas cidades se ter denominado de Minho, não é despido de significação. Simplesmente essa significação é precisamente e apenas daquelle que eles lhe atribuíram.

Em boa verdade, como todas as coisas, ela precisava de ter um nome.

À de Coimbra, chama-se de Coimbra; à de Lisboa, chama-se de Lisboa; à de Perte, chama-se de Perte e à de Évora chama-se de Évora...

Nenhuma se chama da Estremadura, de Alentejo, da Beira-Litoral ou de Beure.

Se a Universidade em questão não fosse "criada-come-bipelar" mas criada como Universidade "unificada", para funcionar exclusivamente em Braga, chamar-se-ia de Braga.

Mas, pelo contrário, ela foi criada para funcionar nas duas cidades e então, obviamente, não podia receber o designativo de Universidade de Braga nem o de Universidade de Guimarães.

Recebeu o nome de Universidade de Minho só porque qualquer das suas partes se localizavam nesta província. Só por isto e não por qualquer outra razão...

Embora chamada de Minho nem por isso era, ou é, para ser privativa dos minhotos; era, e é para servir um determinado quantitativo populacional e uma área mais ou menos vasta sobre a qual exercem maior ou menor atracção, os dois centros de Braga e Guimarães.

A constatação da existência de duas zonas territoriais diferenciadas pela densidade demográfica e as actividades económicas que praticam foi a razão que exigiu e determinou a divisão, logo à nascença, da Universidade que as devia servir...

Por isso mesmo, e por que Guimarães é centro de atracção e irradiação para os concelhos vizinhos, que com ela constituem a área industrializada, e com a Província de Trás-os-Montes, quer Guimarães se mantenha ou não, por força de nova divisão administrativa, incluída na Província de Minho, a parte da Universidade que lhe cabe continuará a caber-lhe por lhe ser necessária e a ela ter direito.

Em resumo, as razões de localização da Universidade de Minho nas duas cidades não sofrem com a inserção de Guimarães numa Província. Quando muito, e que deverá mudar, isso sim, é a sua designação.

E uma vez demonstrado que a designação de Universidade de Minho não significa que ela foi criada para ser frequentada exclusivamente pelos minhotos, ficou também prevalecente a relevância a afirmação dos bracarense que a pretendem "monopolizar" de que o centro geo-populacional dos distritos de Braga e de Viana é ... Vila Verde, apesar disso, permita V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, que se lhe ocupe um pouco mais de tempo.

• Distrito de Braga tem 617.063 habitantes.

A sua zona mais populosa é a zona sudoeste—a zona em que Guimarães está situada.

• concelho de Guimarães tem 120.755 habitantes; e de Fafe tem 43.727; e de Cabeceiras de Basto 19.269 e o de Celorico de Basto 22.745.

• quantitativo populacional de todos eles soma 206.496 pessoas.

Assim, a restante população do Distrito de Braga desce para 410.567 pessoas.

• concelho de Famalicão tem 90.335 habitantes; tem grandes afinidades culturais e económicas com o concelho de Guimarães e a sua zona mais densamente povoada situa-se nas proximidades desta cidade e é para ela atraída: Bairro, Balões, Jeane, Pousada de Sarrazagoz, Vermeim, Requião, Oliveira (S. Mateus), Riba d'Áve, (entre outras freguesias), tem 21.748 moradores.

Logo, a população a servir por Guimarães ( 206.496 + 21.748 ) eleva-se a 228.244 e a população a servir por Braga desce para 388.819 habitantes ( 410.567 - 21.748 ).

Mas para a maior parte do resto da população do concelho de Famalicão, ou seja, para mais 68.587 pessoas ( 90.335 - 21.748 ) é muito mais vantajosa a frequência da Universidade em Guimarães ou no Porto.

Pertanto, a população a servir por Braga desce ainda uma vez mais, para se fixar em 320.232 pessoas.

Perém, Guimarães serve as terras de Folgueiras com 41.639 habitantes; a Vila das Aves com 6.396; Negreles e S. Tomé de Negreles com 5.042; Reberdões com 3.277; Keriz com 3.320; Vilarinho com 2.773; Campe (S. Martinho e S. Salvador) com 3.386 e a vila de Santo Tirso com mais de 10.000; todas elas a menos de 20 km de distância e todas altamente industrializadas.

Assim, numa comparação final, vê-se que a população a servir por Braga atinge o montante de 320.232 habitantes e que a população a servir por Guimarães atinge o montante de 304.077 habitantes, ocupando-se a maior parte dos primeiros na agricultura e a maior parte dos segundos na indústria e comércio. Isto sem ter em conta, só por não viverem em terras sem importância industrial os 70.000 habitantes de Mendim do Basto, Leusada e Paços de Ferreira, que, todavia, mandam os seus filhos estudar em Guimarães.

E se Braga pretende incluir na população que serve a população do distrito de Viana do Castelo - 250.233 - habitantes para, assim totalizar as 570.465 pessoas, não deve esquecer que Guimarães serve a população dos distritos de Vila Real - 264.508 habitantes - e do distrito de Bragança - 176.660 habitantes.

Que a serve, que constitui polo de atracção em relação a Trás-os-Montes, prova-se a existência em Guimarães da associação denominada Casa de Trás-os-Montes, com sede no Largo da Condessa de Juncal, e que é pertença dos transmontanos residentes na cidade -- caso único entre as cidades portuguesas exceptuando Lisboa!

Senhor Ministro, os signatários confiam em V. Ex.<sup>a</sup>, muitos outros que também confiam desistiram dos cursos que frequentavam em Braga por não poderem aguentar as despesas respectivas, mas aguardam poder recommençá-los com as aulas em Guimarães.

Confiamos nós e confiam mais de 80.000 operários fabris, da zona que Guimarães serve, muitos dentro da idade e com intenções de estudar; os restantes desejosos de dar a seus filhos a educação e preparação que queriam para si próprios e não tiveram só porque o regime político de peste lha negou.

Confiamos nós e confiam eles, porque sabemos muito, e caciquiamo político.

OS SIGNATÁRIOS

( pg. seguinte)

Joaquim Camilo de Oliveira <sup>EMB</sup>  
Digitalizado por FCLB

Manuel Jesus Ribeiro das do <sup>EMB</sup>

Albino Nogueira Ribeiro <sup>EMB</sup>

Simão Pedro de Freitas Moreira <sup>EMB</sup>

Antônio Fernandes Castro <sup>EMB</sup>

João Antônio Ferreira Alves <sup>EMB</sup>

Marcos Manuel Vilim Alves Ferreira <sup>EMB</sup>

José Antônio Fernandes <sup>EMB</sup>

Alfredo Duarte Faria <sup>EMB</sup>

~~Antônio Rodrigues Lourenço~~ <sup>F.P. - fm</sup>

Candido Pereira <sup>F.P. - mt</sup>

Joaquim Faria de Almeida <sup>F.P. - cu</sup>

João Rodrigues <sup>F.P. - fm</sup>

~~João~~

João José Costa Faria de Freitas <sup>F.P. - mt</sup>